MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 14 — 8 ABRIL 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR "O SECULO" FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

EDITORIAL

O VOTO E A REVOLUÇÃO

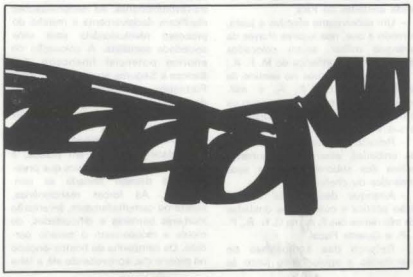
Em 25 de Abril, um ano após a queda da odiosa ditadura fascista, o Povo Português exercerá, pela primeira vez, o direito de votar os seus representantes na Assembleia Constituinte.

Sofridos dezenas de anos de repressão das liberdades de cidadania, de mentira e falsificação de actos eleitorais, todos nós temos consciência bem clara do significado das eleições que se aproximam na construção de uma sociedade que queremos de suor e justiça.

Para muitos portugueses o passado deixou uma marca trágica. À força de sermos enganados e impedidos de participar na vida colectiva, fomos descrendo do interesse das eleições e sentimos sérias dificuldades para escolher o partido que defenderá os nossos interesses comuns.

(Cont. na pág. 3)

REFORÇAR A VONTADE E A DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIAS



A institucionalização do M. F. A. e a criação, em moldes revolucionários e democráticos, do Conselho da Revolução e de uma nova Assembleia de Delegados constituem um passo histórico no desenvolvimento da revolução socialista no nosso país.

A partir do 11 de Março, as contradições existentes no seio do M. F. A. e do país político puderam começar a ser resolvidas, através do salto qualitativo que a alta-traição dos contra-revolucionários veio permitir à revolução.

Num período de transição de alguns anos — no espaço de tempo a que se poderia chamar de *primeira fase da transição para o socialismo* — a revolução passa a ter uma direcção política clara e firme: o M. F. A., através dos seus órgãos institucionalizados, nomeadamente o Conselho Superior da Revolução. No decorrer desse período de transição três tarefas fundamentais se colocam: iniciar de forma decidida a construção de uma economia de cunho socialista, colocando o sector económico no controle directo do sector político; reforço da aliança povo-M. F. A., através da criação de estruturas de participação popular a todos os níveis e da transformação das Forças Armadas num instrumento ao serviço do povo; afirmação do M. F. A. como força política autónoma ao serviço da revolução e aglutinadora dos agrupamentos políticos de cariz genuinamente democráticos.

A primeira importante medida tomada pelo Conselho Superior da Revolução — a nacionalização da banca e dos seguros — tendente, como se referiu, a eliminar uma contradição maior no seio do novo regime, constituirá a base da construção de um novo tipo de economia. Tal medida, a que outras se seguirão oportunamente — reforma agrária, nacionalização de indústrias básicas, socialização das grandes linhas do comércio externo — permite, além do mais, a racionalização social da política de crédito, posta finalmente ao serviço do desenvolvimento do país em função dos reais interesses da população trabalhadora dos campos e das cidades. Por outro lado, como fazia notar recentemente um perito económico, "com a nacionalização da banca, criaram-se agora condições mais propícias para o estabelecimento de um verdadeiro sistema de crédito supervisado, que é um elemento indispensável à reconstrução da agricultura nacional e ao sucesso da reforma agrária que contempla" — o que, entre outras medidas, poderá vir a ter repercursões positivas no problema do desemprego.

Parece entretanto, ser de notar quanto o socialismo, conforme o espírito do Programa do M. F. A., não significa, por via das nacionalizações, a substituição de uma economia capitalista de tipo monopolista por um capitalismo de estado. O projecto socialista português pressupõe a criação de uma sociedade largamente democrática e participada, em que o alargamento da área da propriedade social corresponde a um meio — e não um fim — de edificação da democracia socialista. Donde a necessidade de erguer, a todos os níveis, estruturas de participação popular que possibilitem o reforço da aliança Povo-M. F. A. e coloquem cada vez mais as massas populares na vanguarda do processo revolucionário, papel que historicamente lhes pertence e que uma revolução genuinamente socialista não pode negar na prática, sob pena de se reduzir a um simulacro de revolução.

A via portuguesa para o socialismo entende assim: um sistema pluripartidário que conduza inequívocamente ao socialismo; uma política de independência nacional em cooperação com todos os povos do mundo, em especial com os de língua portuguesa e do terceiro mundo; a recusa de qualquer tipo de regime autocrático, nomeadamente a determinação de não enveredar por qualquer forma de ditadura militar; o desenvolvimento da revolução cultural, com base na aliança Povo-M. F. A., que reforme os quadros mentais e estimule a formação de uma consciência nacional de vontade socialista; a criação de estruturas de participação popular a todos os níveis; a manutenção do M. F. A. como motor e garante do processo revolucionário até que estejam reunidas condições que garantam a sua irreversibilidade; e uma prática revolucionária do Conselho da Revolução e do Governo Provisório que mobilize o povo para os objectivos da revolução.

O desenvolvimento do processo revolucionário exige no entanto, uma clarificação do papel e comportamento dos seus diversos componentes a nível de vanguardas. Se o M. F. A. terá de

(Cont. na pág. 3)

M.F.A. — UM PACTO COM OS PARTIDOS

Consciente dos compromissos assumidos para com o Povo Português e da originalidade da nossa Revolução, o Movimento das Forças Armadas não pode deixar de continuar a ser durante o período de transição o impulsionador e garante da real consolidação e prosseguimento do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril. Neste sentido procura estabelecer uma plataforma de entendimento com os partidos políticos democráticos e progressistas sinceramente empenhados na via que conduzirá ao Socialismo em Portugal.

As negociações com os vários partidos para o estabelecimento da plataforma de entendimento iniciaram-se em Fevereiro, tendo desde então sido debatidos os pontos essenciais da plataforma agora avançada. Tais negociações foram interrompidas pelos acontecimentos de 11 de Março acontecimentos estes que impuseram a institucionalização imediata do M. F. A.

Todavia a institucionalização do M. F. A. não significa que se deixasse de reconhecer a necessidade de atingir, em conjunto com os partidos políticos verdadeiramente democráticos, uma plataforma de entendimento comum na prespectiva imediata das eleições para a Assembleia Constituinte com vistas a garantir a consagração constitucional dos princípios fundamentais do Programa do 25 de Abril.

Não pretende pois, o M. F. A. ao elaborar uma plataforma política marginalizar ou substituir as forças políticas verdadeiramente interessadas na construção de uma democracia política, económica e social, antes visa reforçar e consagrar formalmente a mais sólida aliança com essas mesmas forças e partidos.

Reconhece assim o M. F. A. o papel insubstituível que os partidos políticos têm a desempenhar no avanço do nosso processo, na conquista e alargamento das liberdades e no melhoramento das condições de vida e trabalho para o nosso povo; porém o M. F. A. também não se esquece da responsabilidade contraída e dos objectivos que se propôs, e não se escusa a assegurar que sejam consagrados na futura Constituição os princípios essenciais do Programa do Movimento das Forças Armadas bem como as conquistas já efectuadas ao longo do processo cuja dinâmica revolucionária é hoje, o irreversível caminho do Socialismo em Portugal.

O M. F. A. ao optar por uma via socializante de desenvolvimento

(Cont. na pág. 3)

Em separata: Poster do Vespeiro

PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Deste conjunto de medidas e direcções de actuação, inerentes à nova situação criada com o 11 de Março, algumas estão em marcha, outras serão concerteza concretizadas brevemente. Temos no entanto de ter presentes os erros cometidos após o 28 de Setembro. As forças reaccionárias derrotadas, não mostrarão claramente a cabeça depois do desaire, tentarão no entanto, não perder posições e conquistar outras.

Passado 1 mês da tentativa de golpe contra-revolucionário, importantes medidas foram tomadas no país, criando-se condições para um mais seguro avanço do processo revolucionário.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO M. F. A. E A FORMAÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

1. *A Institucionalização do M. F. A. e a formação do conselho da revolução,* medidas tomadas poucas horas depois do golpe pela Assembleia Revolucionária, colocam o M. F. A., como componente fundamental do processo revolucionário, no papel que ao longo dos últimos meses, a realidade da vida política do país exigia.

Como provam os acontecimentos do dia 11, as Forças Armadas, através da sua vanguarda política: o M. F. A., são uma componente decisiva e indispensável para o processo em curso. Para a consolidação da nova situação, as Forças Armadas e Forças Militarizadas, têm de se colocar *irreversivelmente* ao lado do Povo, como defensores intransigentes dos seus interesses. Para que tal aconteça, e além das medidas económicas e políticas já tomadas pelo M. F. A., outras devem ser tomadas no campo militar de molde a que as F. A. e militarizadas se coloquem em situação de acompanhar o evoluir da situação, afastando-se decisivamente as possibilidades, que certos sectores mais conservadores possam vir a ter, (como aconteceu dia 11), de recuperar terreno e lançar nova ofensiva.

— O reforço da unidade revolucionária no seio do M. F. A.;

— A ligação efectiva e permanente dos órgãos de decisão do Movimento (Conselho da Revolução e Assembleia), aos restantes militares das diversas unidades do País;

— Um saneamento efectivo e justo, de modo a que, nos lugares chaves da hierarquia militar, sejam colocados oficiais da total confiança do M. F. A.;

— Medidas decisivas no sentido da democratização das F. A. e militarizadas, com aumento progressivo da participação de soldados e sargentos na sua vida interna;

— Reforço da disciplina consentida nas unidades, assente na confiança política dos subordinados nos seus comandos ou chefes;

— Arranque decisivo da dinamização política e cultural nas unidades dos três ramos das F. A., na G. N. R., P. S. P. e Guarda Fiscal.

— Reforço das campanhas de dinamização e apoio cívico junto às populações como forma concreta de irreversível ligação dos militares às realidades do Povo.

Deste conjunto de medidas e direcções de actuação, inerentes à nova situação criada com o 11 de Março, algumas estão em marcha, outras serão concerteza concretizadas brevemente. Temos no entanto de ter presentes os erros cometidos após o 28 de Setembro. As forças reaccionárias derrotadas, não mostrarão claramente a cabeça depois do desaire, tentarão no entanto, não perder posições e conquistar outras, aproveitando a nossa boa fé e em nome desta a falta de firmeza.

A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E SEGUROS

2. *A Nacionalização da Banca e Seguros,* terá sido o golpe mais profundo desferido nos interesses que sustentavam o regime fascista e apoiam as actuais forças contra-revolucionárias. As nacionalizações clarificam decisivamente a marcha do processo revolucionário para uma sociedade socialista. A colocação do enorme potencial financeiro dos Bancos e Seguros ao serviço do Povo Português, contribuirá para a consolidação do regime democrático.

Temos no entanto de ter consciência que as decisões, só por si, não são suficientes, é necessário termos a capacidade de as pôr em prática, é necessário que os objectivos que presidiram à decisão tomada se concretizem. As forças reaccionárias, aberta ou camuflademente, levantarão inúmeras barreiras e dificuldades, de molde a recuperarem o terreno perdido. Da campanha de boatos lançado no próprio dia, aproveitando até a falta de conhecimentos específicos, passarão ao boicote interno, apoiados nas posições que ainda detêm nos aparelhos do Estado e na própria estrutura das empresas nacionalizadas. A reacção tem dezenas de anos de experiência no domínio do aparelho de Estado, conhecem todas as artimanhas e contradições, tentarão reverter a seu favor as medidas agora tomadas.

A REMODELAÇÃO DO GOVERNO

Temos de estar vigilantes de modo a que estas decisões revolucionárias sejam claramente a favor dos interesses da esmagadora maioria da população e não sejam absorvidas pelas forças agora derrotadas.

3. *A Remodelação do Governo.* Como vinha a ser detectado antes do 11 de Março, e resultante das contradições que se vinham a avolumar no seu seio, o governo tinha-se tornado, em muitos campos, inoperante.

Também a remodelação do governo, resultante da sua inadequação à nova situação pós-11 de Março e da decisão da Assembleia Revolucionária do M. F. A., terá de corresponder a um passo em frente no processo, *contrariando* a ideia de um simples reajustamento, que objectivamente, a médio prazo poderia servir as forças reaccionárias.

Mais do que um governo de coligação, transformado em miniparlamento inoperante, o novo governo é um governo do M. F. A. e portanto terá de estar sintonizado com o movimento, terá de ser um executor intransigente das linhas gerais da revolução portuguesa, e responsabilizado perante o Povo pela sua eficiência e capacidade de resolução dos problemas.

QUEM TEM MEDO DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA?

A derrota da conspiração fascista, suscitou uma reacção internacional que não pode deixar indiferente o nosso Povo e as Forças Armadas.

Antes do 11 de Março, apareceram múltiplas inscrições murais, autocolantes e cartazes com os dizeres: "Liberdade para os presos políticos", "O Povo quer o Relatório do 28 de Setembro", "O 28 de Setembro foi uma inventona". O teor destas atoardas visava a criação de um clima de emotividade preparativo da campanha eleitoral.

No tempo do fascismo, a consigna "Liberdade para os presos políticos", mobilizava vastos sectores de opinião na luta por esse objectivo que se concretizou a 26 de Abril de 1974. Esses, eram presos políticos, lutadores anti-fascistas detidos pelo seu amor à causa da liberdade, à causa do nosso Povo e da Independência da nossa Pátria.

Agora, quando os conspiradores são presos, quando meros criminosos, que outro nome não podem ter os sabotadores do processo democrático revolucionário em curso em Portugal, são detidos para averiguações, a reacção nacional e internacional levanta-se num coro de protestos contra a "prepotência".

As revoluções não se fazem com contemporizações para com os inimigos do progresso.

Para quem tivesse dúvidas, o 11 de Março mostrou que aqueles que querem semear o luto entre o nosso povo se revestem de variadas capas com o fim último de travar a Revolução Portuguesa.

A "INFORMAÇÃO" DA DIREITA REACCIONÁRIA MUNDIAL

Caso curioso, toda a orquestração internacional, toda a "informação" mundial da direita reaccionária, se apressou a caluniar de novo o nosso País. Tratar-se-ia de uma nova "inventona", segundo eles. Sobre o sangue derramado, sobre o crime dos contra-revolucionários, nem uma palavra.

Se alguém duvidasse, a conferência de imprensa do dia 23 no Porto teve o condão de aclarar um pouco mais os propósitos dessa minoria de criminosos que aposta em conspirar contra o Povo Português. A documentação apreendida não foi inventada, as armas apreendidas não cairam do céu, os sediciosos presos não o foram por acaso. Para aqueles que estavam habituados a pensar Portugal em função dos seus lucros pessoais, para aqueles que viam no nosso País um óptimo terreno para investimentos de lucro fácil e garantido, é duro verem hoje o nosso povo levantar a cabeça e olhá-los de frente. É por isso natural que utilizem todo o tipo de armas, desde as pistolas-metralhadoras até à imprensa estrangeira reaccionária para tentar recuperar os seus privilégios.

OS APELOS CLAROS À CONTRA-REVOLUÇÃO

Certa imprensa estrangeira, que nunca se preocupou com a sorte dos portugueses sob a ditadura, protesta agora contra a suspensão de partidos contra-revolucionários! Eles que nunca se preocuparam com a situação do nosso país, fazem juízos precipitados sem dados, sem bases, excepto a sua cegueira política e os seus interesses. O que lhes interessa é espalhar a imagem de um Portugal mergulhando na anarquia, na desordem, imagem essa que convém criar em obediência aos seus objectivos. E, claro, sucedem-se os alvitres mais incríveis, os "bons conselhos", que vão desde o defenderem uma intervenção estrangeira, até apoiarem a contra-revolução no interior do país.

Cabe aqui um papel muito especial a certa imprensa brasileira, verdadeiro porta-voz do fascismo triunfalista mascarado de democrático; e Carlos Lacerda, ultrapassa tudo o que se possa imaginar em matéria de ignorância das realidades portuguesas ou então, manifesta má-fé. *O Estado de S. Paulo* inseriu uma série de artigos de "análise" da situação portuguesa, que são a prova provada de como se pode escrever sem o mínimo conhecimento de causa, ou então, com o propósito evidente de denegrir e caluniar.

Todos estes ataques à nossa Revolução, são absolutamente naturais. Quando, em qualquer local, sucederem acontecimentos semelhantes aos que estamos a viver em Portugal, o avanço em direcção a um futuro melhor e progressivo é sabotado e torpedeado pelas forças retrógradas até ao completo aniquilamento destas últimas, ou então, até à derrota da Revolução. Da vitória desta, depende neste momento a vigilância revolucionária, que é um factor de extrema importância, e que já repetidas vezes se tem feito apelar nesse sentido.

A NECESSIDADE DA VIGILÂNCIA POPULAR

Esta vigilância. longe de decalcar a "experiência" do anterior regime, é, antes do mais a tomada de consciência de todos e de cada um de nós, sobre o nosso papel no processo histórico que Portugal vive. Essa vigilância é a garantia de que todos, independentemente do local de trabalho, quer seja nos campos, nas fábricas, nos escritórios, nas repartições, impedirão a actuação dos inimigos do Povo. Conforme foi afirmado na conferência de imprensa do dia 23 no Porto, os conspiradores, além de acções de terrorismo directo, pretendem utilizar outros meios mais subtís, mas igualmente perigosos: — Sabotagem económica; provocações em comícios e manifestações para provocarem violência e recontros com as Forças Armadas; lançamento de boatos; criação de conflitos de trabalho; divisão de sindicatos e trabalhadores; avarias provocadas nos sistemas de água, luz e telefones.

DEFENDER A CAUSA DA LIBERDADE

Como se vê, estas acções podem, devem e tem de ser impedidas pela vigilância de todos, nos locais de trabalho. "Não temos polícia política, nem o Povo a deseja". Mas tem esse mesmo Povo, cujas Forças Armadas são uma parte integrante, de tomar nas suas mãos a defesa da sua causa, a causa do Progresso e da Liberdade. Quem tem medo da Revolução Portuguesa? O Povo Português que sentiu a opressão e a miséria durante 48 longos anos, sabe sem margem de dúvida a resposta exacta a esta pergunta.

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINÁRIA

Continente	65$00
Ultramar e Brasil	68$00
Estrangeiro	104$00

VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	89$00
Ultramar	161$00
Espanha	89$00
Brasil	177$00
Países Europeus (excepto Espanha)	146$00
Países Não-Europeus (excepto Brasil)	213$00

PEDIDOS A:
DISTRIBUIDORA *"O SÉCULO"* — Rua do Século — Lisboa

★ Os pedidos de assinatura do Boletim devem ser dirigidos à Distribuidora *"O Século"*, Rua do Século, 41 a 63, Lisboa.

O VOTO E A LIBERDADE

UMA ARMA DO POVO

Diz-se ser o voto uma arma do povo. Será uma arma do povo quando utilizado para defender o povo, as suas conquistas, o seu futuro democrático num caminho para o socialismo.

Nas sociedades onde as instituições políticas são parte integrante da vida de cidadãos que há pouco tempo coexistem com uma prática política o voto pode ser a expressão livre da vontade de uma nação. Analisando o cado português na sua caminhada para a construção de uma vida política, verificamos que chegou a altura de através do voto exprimirmos uma vontade. Que vontade será essa que um povo que durante séculos foi afastado de um exercício político normal, irá exprimir em 25 de Abril? Estará o povo português liberto dos seus opressores económicos? Estará o povo português livre das pressões ideológicas fascizantes? Estará o povo português apto a escolher fora da acção de uma Igreja ainda não integrada no processo da Revolução? Como irá reagir perante as campanhas maciças de propaganda levadas a cabo por mentores ideológicos que nada têm a ver com o povo? Saberá distinguir os partidos que irão alicerçar a sua implantação em verbas enormes, dos que não têm possibilidade de o fazer? Irá identificar uma campanha eleitoral aliciante e espectacular; com a defesa dos seus interesses?

São estas pois algumas questões que se põem quando se fala na vontade de um povo e na expressão dessa vontade através do voto.

Terão neste momento todos os portugueses uma ideia clara sobre as razões que o levarão a escolher determinado partido? Será traição que os portugueses neste momento não se sintam aptos a votar?

Voltaremos ao tempo em que novamente o povo votará orientado pelos patrões, pelos demagogos, pelos falsos profetas?

É necessário deixar bem claro que quando se fala em eleições livres, não nos devemos referir apenas à liberdade física de votar, isto é à possibilidade de todos deitarem na urna o seu voto. A verdadeira liberdade de votar existe apenas quando esse direito for exercido sem pressões, conscientemente, na convicção que estamos a dar um passo importante na reconstrução e dignificação de nós próprios. Não devemos no entanto abdicar, mas não é crime, nem traição, votar em branco. Ao fazê-lo estamos a escolher, estamos livremente a dizer o que pensamos. É pois necessário deitar o voto na urna, mas esse voto pode ir em branco, isto é sem referência a qualquer partido, pois deste modo cumprimos o nosso dever de patriotas sem violentarmos a nossa consciência, nem possivelmente voltarmos essa arma contra nós próprios, seguindo aqueles que pretendem continuar a explorar a nossa ignorância política.

Neste período eleitoral onde os partidos políticos através de vários meios de comunicação social expõem as suas linhas políticas fundamentais, deverão os portugueses atentamente procurar esclarecer-se e vigilantemente tentarem seguir as manobras dos antigos servidores do fascismo, dos arautos do capitalismo e assim terem a possibilidade de fazerem um julgamento individual que lhes irá permitir votar, a menos que na dúvida prefiram participar e lutar com o voto em branco.

EDITORIAL

O VOTO E A REVOLUÇÃO

(Cont. da pág. 1)

●

Em 25 de Abril, nós, o Povo, iniciámos um longo e difícil caminho. Vencemos já muitos inimigos, ultrapassámos com firmeza muitas dificuldades.

À nossa frente o futuro é de trabalho e sacrifício. Encaramo-lo serenamente pois temos a vontade e a certeza de vencer.

●

As eleições para a Assembleia Constituinte representam um passo mais na construção da Democracia.

Todos nós vamos iniciar uma aprendizagem democrática, entrar pela primeira vez em contacto com uma campanha eleitoral, durante a qual os vários partidos nos apresentarão propostas para a resolução dos problemas da sociedade portuguesa.

Muitos de nós, nos sentiremos confusos, não suficientemente esclarecidos, com dificuldades de opção sobre este ou aquele partido, com reservas que vem de longe sobre as necessárias modificações das estruturas sociais.

●

Temos de ser lúcidos e compreender que esta é uma situação anormal mas a esperar num Povo que sofreu o que nós sofremos.

Temos de ser lúcidos e compreender que esta situação nos impõe, em todods os sectores da vida nacional, um esforço bem determinado de participação na construção do País.

Temos de ser lúcidos e compreender que esta situação impõe, a cada um de nós, em todos os momentos da vida nacional, o dever de fazer ouvir a sua voz, com firmeza e recta intenção, integrando-nos no esforço colectivo de todo um Povo.

Temos de ser lúcidos e compreender que esta situação impõe, a cada um de nós, o dever de optar conscientemente por este ou aquele partido, que assinalaremos no boletim de voto.

Temos de ser lúcidos e compreender que esta situação impõe, a cada um de nós, o dever de não estando, em consciência, capacitado para fazzer essa opção partidária, não se eximir ao dever cívico de informar a comunidade a que pertencemos da nossa dificuldade, através da entrega do boletim de voto em branco.

Temos finalmente, de ser lúcidos e compreender que constitui uma traição ao Povo Português que, por comodismo ou fraqueza ante as naturais dificuldades, qualquer de nós se abstenha de exercer o seu direito cívico, não se deslocando às Assembleia de Voto e aí vontando em consciência.

●

Que nenhum português traia o Povo a que pertence. Que nenhum português traia a Revolução de 25 de Abril. Que nenhum português se exclua de participar na construção do País.

O Voto é uma arma do Povo. Votar é um dever de consciência. Votar conscientemente é um dever nacional.

M.F.A. — UM PACTO COM OS PARTIDOS

(Cont. da pág. 1)

da sociedade portuguesa, não subordina a sua opção a nenhum modelo histórico específico, antes insiste na busca de soluções originais, de acordo com as nossas próprias singularidades históricas que todo o processo vem manifestando e que tem como elemento fundamental a aliança POVO — M. F. A. No desenvolvimento do nosso projecto democrático e revolucionário o M. F. A. permanece e reforça-se como movimento de todos os militares empenhados activamente na defesa dos princípios do 25 de Abril, especialmente no que respeita aos interesses das classes mais desfavorecidas do Povo Português, afirmando-se claramente como a vanguarda organizada e consciente do Povo Armado, garante e motor do actual processo revolucionário. Por outro lado reconhece-se que as liberdades democráticas conquistadas na luta contra o fascismo, não poderão ser usadas pela Reacção contra o Povo. Para que seja possível alargar e assegurar o exercício das mais amplas liberdades políticas, de associação, de reunião, e de expressão, às massas populares, no sentido de uma participação cada vez mais activa e criadora das classes trabalhadoras na construção de um Portugal livre e democrático a caminho do socialismo, reconhece-se assim a necessidade de limitar a acção de alguns para assegurar a liberdade da grande maioria.

O M. F. A. compromete-se na defesa do processo revolucionário, em estreita aliança com o Povo Português, contra todas as investidas da Reacção, não descurando o uso de nenhum meio legítimo que vise garantir a segurança das instituições democrátcas: o M. F. A. não se limitará à participação em órgãos de poder ou à resposta militar contra a Reacção, mas estará na primeira linha em todas as tarefas fundamentais de apoio às populações trabalhadoras, de esclarecimento político e de dinamização cultural; considera-se que só mergulhando as Forças Armadas no Povo poderemos conhecer e viver verdadeiramente os seus problemas e anseios reais e deste modo mais solidamente firmar a unidade POVO — M. F. A.

Estas são as ideias e intenções do M. F. A. ao apresentar aos partidos uma plataforma política de entendimento.

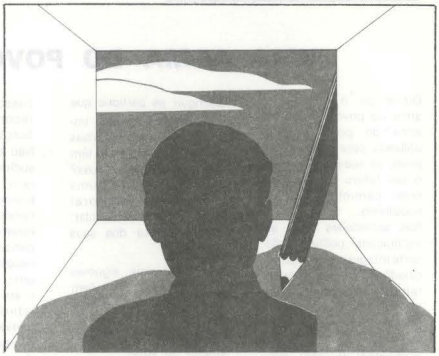
A resposta dos partidos à presente plataforma política tornará claro, quais são os que estão verdadeiramente interessados na via socializante, na defesa dos interesses das classes mais desfavorecidas e deste modo na opção política do M. F. A. Conscientes de que a opção política tomada em 25 de Abril e sucessivamente clarificada em 28 de Setembro e 11 de Março, vai ao encontro dos interesses da maioria esmagadora do povo trabalhador, estamos certos que os partidos políticos verdadeiramente democráticos e progressistas não hesitarão em aceitar a plataforma proposta e cujo objectivo é, repete-se, assegurar a continuação da revolução política económica e social iniciada em 25 de Abril dentro do pluralismo político compatível com a via socializante, definindo-se os princípios fundamentais que, no entender do M. F. A., deverão ser consignados na futura Constituição.

REFORÇAR A VONTADE E A DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIAS

(Cont. da pág. 1)

continuar a ser, durante um determinado período, o motor do processo e o aglutinador das forças políticas verdadeiramente progressistas, o facto é que, nomeadamente a partir do acto eleitoral, as necessidades de avançar com celeridade na política de reconstrução nacional numa perspectiva socialista exigem, da parte dos partidos políticos empenhados na revolução em curso, um claro e decidido apoio ao M. F. A., ao Conselho da Revolução e ao Governo Provisório, nessa acção consequente na mobilização popular à volta dos principais e objectivos da revolução e uma permanente procura — sem perda da sua individualidade política — dos factores de união e das bases de um diálogo frutuoso com vista à construção da sociedade socialista.

O período que agora se inicia deve ser fundamentalmente de árduo trabalho e de mobilização nacional para a construção da sociedade socialista, o que exige de todos (povo, partidos, M. F. A.) uma capacidade, uma vontade e uma disciplina revolucionárias que visem permanentemente os superiores interesses da revolução, que, o mesmo é dizer os superiores interesses do nosso povo.



A FUNÇÃO DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

A POLÍTICA DE ENSINO DA 1.ª REPÚBLICA

Qualquer política de ensino tem profundas relações com a organização do Estado e da sociedade. Uma afirmação que só por má fé ou desconhecimento pode ser contestada.

A política educativa dos diversos governos da 1.ª República (1910-1926), apesar de todas as suas limitações e contradições, apresentou um caracter progressivo. No relatório que precedia o Decreto de 29 de Março de 1911, que instituía uma ampla reforma da instrução primária e oficializava o ensino infantil, podia-se ler:

— "O homem vale sobretudo pela educação que possui, porque só ela é capaz de desenvolver harmoniosamente as suas faculdades de maneira a elevar-se ao máximo em proveito dele e dos outros (...). Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torná-la num conjunto harmonioso e conjugado das forças individuais, por seu turno e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a acção contínua, incessante e persistente da educação atinja o ser humano, sob o tríplice aspecto: físico, intelectual e moral."

Dentre as medidas tomadas no campo educativo pela 1.ª República registamos, a mero título de exemplo, o alargamento da escolaridade obrigatória para cinco anos, a criação das Universidades de Lisboa e Porto e a reforma de todo o ensino superior, a participação dos professores e estudantes na gestão da vida académica, a fundação da Universidade Popular e da Universidade Livre.

O professorado — "nas mãos deles está uma grande parte do futuro de um país, e a possibilidade de o tornar mais digno, mais forte e mais cultivado", escrevia João de Barros (1) —, diziamos, o professorado, e com um relevo especial, o do ensino primário, desempenhou um papel de extrema importância na difusão da instrução popular, num País que, ao sair da monarquia, possuía uma percentagem de analfabetos que rondavam os 75% (81% na população feminina). A existência de grande número de organismos associativos e sindicais destinados à defesa dos interesses profissionais da classe docente e ao estudo e discussão dos problemas ligados à educação e ao ensino, — como sejam o Sindicato dos Professores do Ensino Primário de Portugal (que, ao longo da sua existência, adoptou diversas outras designações), a Associação do Magistério Secundário, a Associação de Professores de Protugal e a Sociedade de Estudos Pedagógicos, — impulsionavam grandemente a actividade do professorado. Para nos apercebermos do dinamismo dos professores dessa época, registe-se que nos anos vinte existiam cerca de trinta publicações periódicas, dentre revistas e jornais, ligados ao ensino. Como único senão há apenas, o que não é pouco, a apontar a falta de unidade da classe docente o que trouxe, em determinadas situações, grandes derrotas para o progresso do ensino e para a melhoria da situação profissional dos professores.

O fim brusco da democracia parlamentar trazido com o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e a instauração da ditadura fascista originou uma vasta "remodelação" na política educativa adoptada até essa data.

O FASCISMO E O ENSINO

A política económica do Estado Novo, designação pomposa que adoptou o regime fascista em Portugal, foi caracterizada pelo facilitar, através da coação e do auxílio directo do Estado, do processo de formação acumulação, centralização e concentração de capitais nas mãos de umas tantas famílias. Esta política significou o agravamento deliberado da exploração das classes trabalhadoras, do campo e da cidade, o baixos salários, a intensificação do trabalho. Para abafar e impedir a resistência organizada do Povo Português e esta política, o regime fascista organizou a repressão violenta do movimento operário, tentou liquidar as organizações revolucionárias dos trabalhadores, dissolveu os sindicatos em 1933, criou os Sindicatos Nacionais e organizou uma vasta campanha de demagogia social corporativa.

O ensino é um dos fundamentos mais seguros para a consolidação dum regime. Os ideólogos fascistas cedo se aperceberam deste facto.

Alfredo Pimenta, em 1932, escrevia no jornal *A VOZ*, órgão da União Nacional:

— "... para a péssima educação que possui, e para a natureza da instrução que lhe vão dar, o povo português já sabe de mais (...). Um dos factores principais da criminalidade é a instrução".

A título de curiosidade, reviste-se que em 1930, dos 4604 delinquentes presos, eram analfabetos 3006 (65,9%), possuíam alguma instrução 1332 (26,7%) e apenas 350 (7,5%) tinham a 4.ª classe (2).

Um outro fascista, João Ameal, escrevia em 1928 no referido jornal:

— "Portugal não necessita de escolas (...) ensinar a ler é corromper o atavismo da raça (...). Na nossa terra há alguns espíritos sem preparação mental, que se interessam pela obrigatoriedade do ensino primário, como se ele fosse uma das primeiras necessidades fisiológicas do povo".

Nesta linha de ideias, enquadram-se todos os diplomas legislativos promulgados pelo governo fascista,. Destacamos alguns desses diplomas:

a) Extinção do ensino infantil oficial (Decreto-Lei n.º 28 081 de 9-10-1937), do ensino primário superior e das escolas móveis de alfabetização;

b) Redução da escolariedade obrigatória para três anos (situação que se manteve até 1956 para o sexo masculino e até 1960 para o sexo feminino), acompanhada de uma transformação nos programas de ensino, que se deveriam restringir "ao ideal prático cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal" (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 27 279 de 24/11/1936);

c) Renúncia ao alargamento da rede de escoais primárias em favor dos postos escolares;

d) Transformação do ensino superior, extinguindo a Faculdade de Letras do Porto e as Faculdades de Farmácia de Lisboa e Coimbra, aumentando as propinas, desfavorecendo os cursos livres e impedindo a representação dos estudantes nos órgãos universitários;

e) Extinção das Escolas Normais Superiores e encerramento durante seis anos ('*/-1942) das Escolas do Magistério Primário;

f) Introdução de regentes escolares no ensino primário, resumindo-se as suas habilitações à simples 4.ª classe, sendo escolhidos pelo ministério da Educação Nacional entre pessoas com "a necessária idoneidade moral e intelectual"; estes regentes foram substituir grande parte dos professores em exercício;

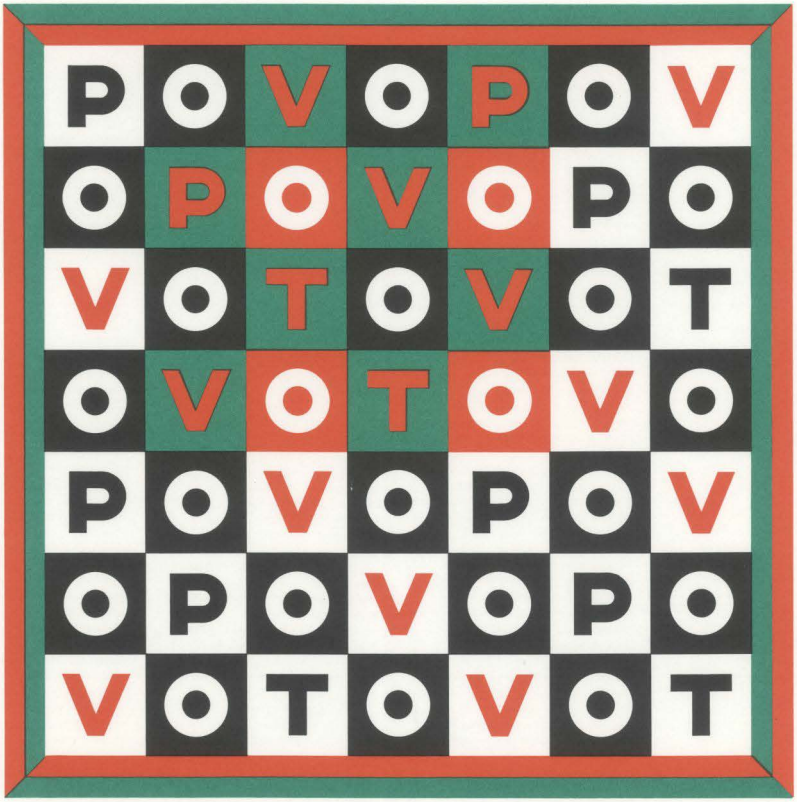
g) Extinção de todo o movimento associativo e sindical dos trabalhadores ligados à educação e à cultura: Associação de Professores de Portugal (1930), Sindicato dos Professores Primários (1933), Associação do Magistério Secundário (1933), Sociedade de Estudos Pedagógicos (1937), Sociedade de Matemática e Sociedade de Escritores (1964), entre outros;

h) Afastamento compulsivo de alguns dos melhores valores com que contava o nosso ensino e a Nação, como sejam, entre tantos outros, Abel Salazar, Bento de Jesus Caraça, Rui Luís Gomes, Manuel Valadares, Cascão de Anciães, Dias Amado, Fernando Fonseca, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, Mário Silva, e José Gaspar Teixeira. (3)

AS "VANTAGENS" DO ANALFABETISMO

Manter as populações mergulhadas no obscurantismo e no analfabetismo é uma forma de dificultar o esclarecimento e a consciencialização política e de assegurar força de trabalho o baixo preço, destinado a uma indústria e a uma agricultura de que alguns, (muito poucos), se serviram e fizeram dos mais atrasados da Europa.

Nos últimos anos do regime, a necessidade de preparar quadros técnicos para o desenvolvimento industrial, levou o governo fascista a modificar um pouco a sua política de ensino. A rapidez de algumas modificações deveram-se igualmente a uma intensa pressão dos grandes grupos monopolistas internacionais, que exigiam uma adaptação do sistema escolar



NÃO FAÇAS O JOGO DA REACÇÃO VOTA PELA REVOLUÇÃO

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS ■ DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACÇÃO CÍVICA

vespeira ■ rcm

MOVIMENTO
boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS
25 ABRIL

português aos seus interesses privados. Esta neste caso, a criação "apressada", decidida em menos de um ano, do ciclo preparatório do ensino secundário. Assinale-se, contudo, que essas modificações em nada alteraram quanto à natureza e objectivos de classe do ensino O derrube da ditadura fascista pelo movimento militar do 25 de Abril, logo secundado pelas massas populares de que são exemplo as históricas manifestações do 1.º de Maio, veio abrir amplas perspectivas para a construção duma escola democrática num Portugal livre, próspero e independente.

UMA HERANÇA PESADA

Ao pensar-se nas vias que devemos trilhar para se extinguir o analfabetismo, acabar com o obscurantismo, democratizar o ensino, temos que ter sempre em consideração a pesada herança, no sector da educação e cultura como em todos os outros, do regime fascista. Em traços gerais, a situação pode-se caracterizar do seguinte modo:

— Uma percentagem de analfabetismo abrangendo entre 30 a 40% da população portuguesa;

— Uma educação pré-escolar praticamente inexistente: apenas 3 em cada 100 crianças frequentam este grau de ensino, sendo totalmente inacessível aos filhos dos trabalhadores, pois estes não possuem ordenados que permitam pagar as mensalidades elevadas dos estabelecimentos particulares;

— Uma escolaridade obrigatória das mais baixas, senão a mais baixa, da Europa, não cumprida integralmente e discriminatória nos seus dois últimos anos, pois permite o cumprimento por três vias com condições diferentes (ciclo complementar, telescola e ciclo preparatório directo);

— A existência de cerca de 100 000 crianças inadaptadas ou deficientes sem qualquer tipo de assistência médica-pedagógica;

— Um sistema de saúde escolar ineficiente;

— Um ensino secundário de baixo índice de escolarização, subdividido em duas vias, em que uma (precisamente aquela que é seguida pela maioria dos filhos das classes trabalhadoras), o ensino técnico profissional, é profundamente desvalorizada;

— Um ensino superior de elevada despesa por aluno (25 contos anuais), de baixíssimo grau de aproveitamento, com grandes dificuldades em instalações e pessoal docente, e onde os filhos dos trabalhadores praticamente não chegam (apenas 4 em cada 100 estudantes do ensino superior eram filhos de operários ou de camponeses);

— Um professorado com um estatuto profissional bastante degradido e de baixo nível de preparação científica e pedagógica;

— Uma investigação científica e pedagógica praticamente nula, sem qualquer orientação ou planificação.

Como se disse atrás, o derrube da ditadura fascista e o processo da

O ENSINO NO PROGRAMA DO M. F. A.

democratização em curso abre grandes perspectivas à educação do Povo Português.

O programa do M. F. A., que o é igualmente do Governo Provisório, no seu ponto 8 *Política educativa, cultural e de investigação*, prevê:

a) Mobilização de esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais;

b) Desenvolvimento da reforma educativa, tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática, e a necessidade da inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa;

c) Criação de um sistema nacional de educação permanente;

d) Revisão do estatuto profissional dos professores de todos os graus de ensino e reforço dos meios ao serviço da sua melhor formação;

e) Ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo obrigatoriamente o sector privado, com vista a um mais acelerado processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades;

f) Criação de esquemas de participação de docentes, estudantes, famílias e outros sectores interessados na reforma educativa, visando, em especial, a liberdade de expressão e a eficiência do trabalho;

g) Definição de uma política nacional de investigação;

h) Fomento das actividades culturais e artísticas, designadamente da literatura, teatro, cinema, música, e artes plásticas, e ainda dos meios de comunicação social, como veículos indispensáveis ao desenvolvimento da cultura do Povo;

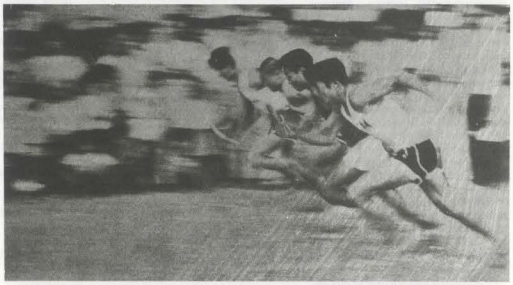
i) Difusão da língua e cultura portuguesas no Mundo. (4)

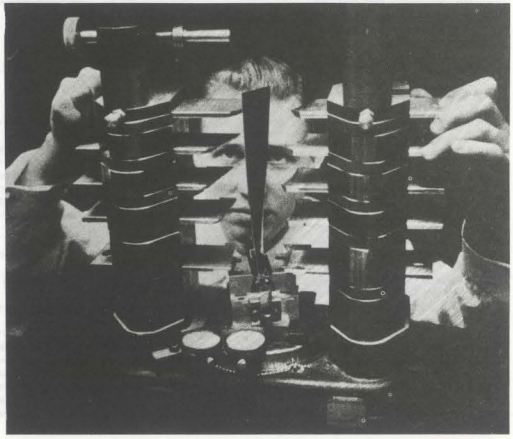
OS CAMINHOS DO FUTURO

Passado um primeiro período de incompreensões e de tentativas de travar o processo revolucionário em curso — correspondente à estadia no Governo de Palma Carlos, como Presidente do Conselho de Ministros, e de Eduardo Correia, como Ministro da Educação —, o Governo Provisório tem procurado cumprir o seu programa de acção, pelo que podemos considerar a actuação do Ministério da Educação e Cultura, no seu conjunto, vincadamente progressista.

A remodulação dos conteúdos de ensino, extirpando-se toda (ou quase) a ideologia fascista, a democratização da gestão escolar em todos os graus de ensino, a remodulação das Escolas do Magistério Primário, saneando os directores, renovando o pessoal docente e substituindo os programas, a abertura da escola ao meio, à sociedade onde se insere, a melhoria da situação profissional

(Cont. na pág. 7)





NOTÍCIAS

1.º GRANDE PLENÁRIO DE PRAÇAS DA ARMADA

Realizou-se nos dias 2 e 3 do corrente, no auditório da Escola Naval, o 1.º Grande Plenário das Praças da Armada, organizado pela Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças (C. D. A. P.) e que reuniu em congresso cerca de 170 delegados das praças da Armada incluindo delegados de Angola, Moçambique, Cabo Verde e outros territórios, o que lhe confere uma ampla representatividade da classe.

O 1.º Grande Plenário de Praças da Armada constitui um importante avanço no reforço da consciência política e da organização de classe dos marinheiros, que é um factor cada vez mais determinante para o avanço do processo em curso, pela independência nacional e pela democracia, e perspectiva a luta das praças da Armada para o único fim que pode realizar plenamente as suas aspirações: o socialismo, o fim da exploração capitalista.

A organização de classe das praças da Armada é um exemplo positivo para o conjunto das Forças Armas, e um passo em frente no processo da sua democratização interna. Embora continuem a existir oficiais que temem que a consciencialização das praças venha abalar a hierarquia e as cadeias de comando, sentindo-se atingidos, constata-se que efectivamente isso não acontece mas que, por outro lado, fica grandemente reforçada a vigilância sobre as manobras reaccionárias e golpistas no seio das Forças Armadas. Além disso, a integração das praças no seio do Movimento dá um conteúdo mais avançado, mais concreto, mais real à aliança entre o Povo Português e o M. F. A., já que, ao contrário do que acontece com os oficiais, são trabalhadores fardados, mais próximos e mais unidos aos seus irmãos de classe, com uma maior identidade de interesses e aspirações revolucionárias. Antes de desenvolvermos este tema, num próximo artigo, transcrevemos um importante documento, aprovado pelo 1.º Grande Plenário das Praças da Armada, que revela em grandes linhas a posição política das praças da Armada no processo em curso.

PROCLAMAÇÃO DAS PRAÇAS DA ARMADA

1. *A revolta militar desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril, é a legítima herdeira da longa e árdua luta do Povo Português contra a ditadura fascista, da luta dos povos das colónias pela sua libertação.*

   O processo revolucionário em Portugal é um processo original. A sua força e a sua originalidade residem na aliança cada vez mais indestrutível entre as duas componentes deste mesmo processo: a vanguarda revolucionária das Forças Armadas, o M. F. A. e o Povo Português organizado em torno dos partidos políticos progressistas, sindicatos e outras organizações de massas.

2. *A revolução portuguesa não se tem desenvolvido duma forma regular. Enquanto o poder político tem sido progressivamente conquistado pelas forças democráticas mais conseguentes, o poder económico dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros e dos latifúndios, principais sustentáculos do fascismo, do colonialismo e do imperialismo, só agora depois dos acontecimentos de 11 de Março, recomeçou a ser colocado ao serviço dos interesses do Povo Português.*

   No entanto, apesar das hesitações e contradições do processo revolucionário, alguns dos grandes objectivos porque o Povo Português lutou durante quase meio século foram atingidos. As mais amplas liberdades democráticas foram conquistadas, os trabalhadores organizam-se livremente nas suas organizações de classe e o processo de descolonização apesar das dificuldades criadas pelo imperialismo tem avançado.

   Fortalecida e consolidada, dia após dia, a aliança POVO/M. F. A., o Povo Português tem fortes razões para acreditar que o processo revolucionário continuará a avançar.

3. *Por influência da própria dinâmica da revolução as Forças Armadas começaram pela primeira vez nas últimas cinco décadas a cumprir a sua verdadeira missão histórica; com o povo e para o povo a que pertencem, pela salvaguarda das nossas fronteiras, pela liberdade, a paz e a democracia.*

   Nesta perspectiva foi compreendido pelos militares progressistas da Armada, desde a primeira hora, que não mais seria possível continuar o espírito do 25 de Abril, avançar no processo revolucionário, cumprir duma forma consequente a nova missão das Forças Armadas, se continuasse a manter-se a antiga escala de valores, os princípios hierárquicos ao serviço do regime anterior, a própria inoperância militar, como resultado da desagregação interna que se fez sentir nas Forças Armadas nos 48 anos de fascismo e particularmente nos últimos 13 anos de guerra colonial.

4. *As praças da Armada, desde os primeiros momentos da revolução, colocaram-se incondicionalmente ao lado do M. F. A. e do seu Programa e com o Povo Português, no combate contra a reacção e o fascismo, pela liberdade e a democracia.*

   As praças, filhos directos do povo e das classes trabalhadoras, são a classe que no seio das Forças Armadas mais sentiram de perto a tirania do regime fascista. Impedidos de discutir os seus problemas durante quase meio século, obrigados a acatar uma disciplina cega e arbitrária e forçados a combater numa guerra colonial de rapina e exploração contra os povos amigos de África e outros territórios, as praças da Armada sabem bem o valor que tem para si a queda da ditadura fascista, o fim da guerra colonial e a conquista em Portugal duma sociedade justa, onde termine a exploração do homem pelo homem.

5. *A continuação do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril, a defesa intransigente dos interesses do Povo Português, irão exigir no futuro uma Armada disciplinada, eficaz no campo militar, renovada e modernizada tecnicamente e democratizada nas suas estruturas internas, permitindo sem equívocos a mais ampla participação das praças nos destinos da Marinha.*

   As praças da Armada sabem hoje que sem a sua participação crítica e activa nunca será possível uma efectiva democratização da Armada.

   Com os oficiais e sargentos progressistas, com o M. F. A., as praças tudo farão para tornar irreversível o processo de democratização da Armada, com vista a colocar a Marinha ao serviço dos verdadeiros interesses do Povo Português.

6. *O associativismo já em plena fase de expansão de oficiais, sargentos e praças, responde hoje e virá responder no futuro a estas exigências.*

   O reforço e desenvolvimento do associativismo no seio das forças militares de todas as classes que as compõem, é condição essencial para assegurar a unidade e coesão da Armada, a unidade entre os 3 ramos das Forças Armadas e a coesão e unidade do M. F. A.

   A C. D. A. P. (Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças), expoente máximo do associativismo de praças da Armada, é hoje e será no futuro o órgão associativo das praças que possibilitará a estas uma participação consciente nos destinos da Armada, de Portugal e do Povo Português.

7. *Filhos dos trabalhadores, cabe às praças da Armada a honrosa tarefa de serem dignos da classe a que pertencem.*

   Com o M. F. A., com todos os oficiais, sargentos e praças progressistas dos 3 ramos das Forças Armadas, em estreita e cada vez mais indestrutível aliança com o povo a que pertencemos, as praças da Armada saberão cumprir a sua missão histórica, respondendo duma forma consequente aos apelos do futuro; pela consolidação e avanço do processo democrático e revolucionário em curso, pelo fim do colonialismo e neocolonialismo, pela libertação total dos trabalhadores portugueses das garras do capital monopolista, por uma sociedade onde termine a exploração do homem pelo homem, pelo futuro e felicidade do Povo Português, pelo SOCIALISMO.

VIVA A UNIDADE DE TODAS AS PRAÇAS DA ARMADA!

VIVA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS!

VIVA A ALIANÇA POVO / M. F. A.!

FORÇA AÉREA

Por despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea foi criado na dependência do Conselho da Revolução (F. Aérea) e através do C. E. M. F. A., o "Gabinete de Coordenação do M. F. A. na Força Aérea", com competência para o representar em todas as unidades e órgãos da F. A. P. nas seguintes matérias consideradas prioritárias:

— Esclarecimento e dinamização do pessoal;
— Verificação da situação psicológica;
— Bem-estar do pessoal.

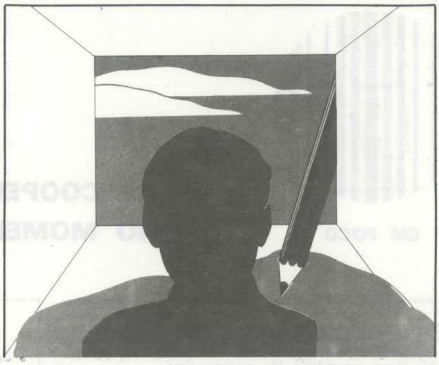
Este gabinete de Coordenação do M. F. A., sob orientação do Conselho da Revolução e dependente do C. E. M. F. A., é constituído por 4 oficiais, 4 sargentos e 4 praças (incluindo 1 cabo especialista), já se deslocou depois do dia 11 de Março a todas as unidades da Força Aérea.

DONATIVOS PARA AS FORÇAS ARMADAS

Donativos, produto do "Dia Nacional de Trabalho", foram enviados ao M. F. A. a fim de serem utilizados em obras de interesse colectivo. Continuemos, neste número, a publicação da lista de donativos recebidos, o produto dos quais se destina ao Programa de Dinamização Cultural em curso. O dinheiro do povo, ao povo retorna.

Transporte	1 631 543460
Pessoal da Firma Condotte — Sines	11 280900
Trabalhadores da Setenave — Estaleiros Navais de Setúbal	7 629920
Empregados da Firma Frederico Ladislau Lemos de Sousa — Trav. da Barrosa, 22 — Montijo	320900
Aos Associados do Sindicato dos Bancários de Coimbra — R. Lourenço Almeida Azevedo, 17 — Coimbra	1 113940
Funcionários de vários organismos desta Direcção-Geral — Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas — Ministério da Economia	1 434900
Empregados da Firma António Jacinto Nunes — Pero Pinheiro	1 000900
Pessoal da Comercial e Industrial de Automóveis Francisco Batista Russo e Irmãos, S. A. R. L. — Cabo Ruivo — Lisboa	104 274960
Américo Madeira — 2 — Hamburg, 36 — Sadt Bckekel — Gautemarkt 44 — Alemanha	1 000900
Aos trabalhadores da CTM/SCM — R. de S. Julião, 63 — Lisboa 2	92 776940
Empregados da Soc. Com. Expl. Hot. Luso — Persa (Restaurante Pabe) — R. Duque Palmela, 30-6.º F — Lisboa	4 221910
Pessoal da Firma Transportes Jaime Dias, Sucs, L.da — Estrada Nacional n.º 1 — Coimbra	14 704930
Pessoal da Firma Constrotel — Av. da Liberdade, 244-1.º — Lisboa 2	1 858950
Pessoal das C. R. G. E. — R. Camilo Castelo Branco, 43 — Lisboa	9 046900
José Fernando Gomes Neto — 22 — Grande Rue — 92310 — Sévres — Franca	500900
Vítor Correia Dias — 3524 Immenhanrm — Ecltterstrabe 45 — Deutscland.	2 703920
Arminda Santos Esteves — Pampilhosa	200900
Judite Pinho — R. Ferreira Borges, 5 — Coimbra	600900
Gabriel Amaro Jaleca — Av. do Povo, 34 — Borba	300900
Manuel Nunes (aposentado P. S. P.) — Costomar — Ferreira do Zezere	70900
Maria Salomé Castro Moreira e 3 miúdos — Montargil	220900
Maria Joaquina T. R. Casanova — Bro. S. João, 1110 — Aljustrel	200900
Profirio Valente de Almeida — Saltadouro — Pardilhó	200900
Joaquim Nunes Borralho — Flor Rosa	100900
Américo Oliveira Galante — Gavilha — Cortegaça	100900
Pessoal da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo — R. do Alcarim, 6 — Elvas	675920
Empregados da Firma Rodrigues e Frôis, L.da — R. Francisco José Vitorino, 1.º-A — Linda-a-Velha	150900
José Joaquim Torres — Campo Santa Clara, 76-1.º A e r/c. Esq.º — Lisboa	100900
Fernando Sena — Pensão Sena — Alvalade — Sado	500900
Posto de Calibragem de Cuba, 23 — Cuba	2 220900
António Manuel do Nascimento — Malhados do Ataz Barris — Palmela	170900
Joaquim Morais — Escaralares — Santiago do Cacém	200900
António Dionísio — Santo André — Santiago do Cacém	200900
José Maria — Casa do Povo de Vale Verde — Santiago do Cacém	150900
António Francisco — Daroeira Vale do Seco — Santiago do Cacém	150900
Francisco do Céu Liocádio — R. José Relvas, 55 — Alpiarça	150900
Alvaro Santos — Elvas	500900
Manuel Maria de Matos — 7, Sobreiras Rosmaninhal — Ponte de Sor	170900
Francisco Alves Serra — Cortegaça	100900
Amadeu Ferreira dos Santos — Cortegaça	150900
Museu e Laboratório Antropológico — Br.º Sousa Pinto — Coimbra	3 474900
Bernarda Maria Cavaco Barros da Silva Rodrigues — Calç. do Chafariz, 4-1.º D.to — Linda-a-Velha	150900
Joaquim Simões Leite — Souzelas	500900
José Soares Castanho — Sameiro — Manteigas	100900
Domingues Sousa Machado — Lugar da Lomba — Vilarinho — Santo Tirso	254900
Domingos Correia da Silva — Paradinha — Viseu	150900
José Pinto Mestre da Paz — Estrada Nacional n.º 10, n.º 3-3.º E — Torre da Marinha — Seixal	220900
José Infante da Silva — Viv. A Leste — Casal das Moucas — Charneca de Caparica	200900
Narciso Augusto do O — R. Cidade Setúbal — Santiago do Cacém	200900
Betão Liz — Divisão Sul — Estrada Nacional n.º 125, km 6 — Alcantarilha	2 200900
Clube Desportivo e Cultural Lisbonense	3 000900
Gregório do Carmo Ferreira — Chão das Donas — Portimão	1 330900
Quitério José Rufino — R. João de Deus — Nisa	120900
Joaquim de Jesus Silva — Chamusca	340900
Jaime Miguel Pereira — Caixas — Sesimbra	198900
Trabalhadores de Leonel Rosário Jorge — Sítio das Pontes — Setúbal	1 090900
Francisca Reis Nunes — Bemposta — Odemira	200900
Alexandre Inácio Jacinto — Vale das Pegas — Odemira	1 260900
António Pereira Júnior — R. Serpa Pinto, 63 — Odemira	150900
António Mendes de Oliveira — Cavadinha — Silva Escura — Maia	200900
José Correia dos Santos — R. José Malhoa — S. João da Madeira	120900
Alfredo Ventura de Oliveira — R. Comendador Lainho — S. João da Madeira	120900
Domingos Amaro Soares — Quintã — Regato — S. João da Madeira	120900
José Joaquim Correia — Moradia Albufeira — Firma Emídio Correia — Albufeira	135900
José de Freitas Oliveira — Fonte do Ramilo — Maiorca	120900
Marciano Henriques B. Sardinha — Campos da Silva — Rio Maior	2 824950
Américo Gomes da Pinho — R. de Timor, 111 — S. João da Madeira	150900
José Pedro Sobral — Casa Nova — Vale Verde — Cercal — Alentejo	140900
Francisco Andrade — Sousel — Sado — Grândola	500900
José de Sousa Andrade — Sines	500900
Maria Umbelina C. Eduardo — Brejo do Olho de Água Miúda — Grândola	1 050900
Zeferino Soares — R. do Cercal, 23 — S. Luís	150900
Manuel de Jesus Morinho — Silves — Estação Gare	150900
Francisco de Jesus Caravela — Vale de Sita — Silves	150900
António Reis Negrão — R. Nova da Boa Vista — Silves	150900
Empregados da Firma João Mendes Calvário — R. Miguel Bombarda, 13 — Silves	720900
José Francisco Soeiro — Silves	150900
Francisco Rosa Lourenço — Val de Lamas — Silves	170900
Luís Conceição Correia — Silves	692900
Joaquim Cocheiro Duarte — R. Carpinteiros de Machado, 17 — Seixal	208900
António Joaquim Caeiro — R. Visconde Esperança, 44 — Cuba	200900
Angelina Prazeres S. Moreto — R. Alvaro Castelões, 54 — Cuba	940900
Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da Freguesia de Cuba	2 810900
José Francisco Carvalho Palhete — Vidigueira	190900
José Augusto Manta e José Pascoal Ventilhas — R. Ourives, 13 — Moura	250900
Agripina Sousa Taborda — R. Sta. Cruz, 58 — Gouveia	3 000900
Agripina Sousa Taborda — R. Sta. Cruz, 58 — Gouveia	2 450900
Empregados da Firma Auto Guadiana Feliciano Antão e Filhos, L.da — Campo 25 de Abril — Reguengos de Monsaraz	1 738850
Joaquim António Costa — Lg. do Treino, 13-2.º — Alcochete	135900
Manuel Francisco Martins e João Alberto de Sousa — Largo D. João, 13 — Entroncamento	150900
Vítor Manuel Ribeiro Narciso — R. D. Sancho I, 67-3.º Esq. — Sesimbra	200900
Empregadas da Firma Luís Silva Nunes da Costa — R. Cândido dos Reis, 38 — Sesimbra	280900
Maria Luísa Cerqueira — Ext. Aljubarrota — R. Pio XII, 14 r/c — Amadora	500900
Campo de Tiro de Alcochete — Alcochete	2 095900
Tipografia Borges, L.da — R. do Norte, 17 — Coimbra	1 404900
José Bobão Pais — R. do Mercado, 4-1.º Dt. — Cova da Piedade	160900
A transportar	1 933 217940

A FUNÇÃO DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA



(Cont. da pág. 5)

dos professores, pagando nas férias (no ciclo preparatório e no ensino secundário mais de 50% não ganhavam nos meses de Agosto e Setembro) e garantido o trabalho a todos os docentes (no ensino primário, esta medida proporcionou a criação de cerca de cinco mil novos lugares, diminuindo-se o número de alunos por professores e evitando-se o desemprego); estas algumas das realizações positivas do Ministério da Educação e Cultura. Contudo, há diversos aspectos que urge ultrapassar, como sejam a resolução do problema do saneamento e reclassificação e a definição inequívoca de uma justa política de democratização da educação e da cultura para os próximos anos escolares, a integrar no Plano de Emergência Económico-Social.

Entretanto, em diversas localidades os professores e a população arrancaram com um conjunto de iniciativas, visando resolver as enormes carências que afectam o nosso ensino e em especial o ensino primário. No Barreiro, — por iniciativa da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e a que logo aderiram partidos políticos progressistas, juntas de freguesia, movimentos democráticos de mulheres e da juventude trabalhadora, comissões de moradores e agremiações culturais, desportivas e recreativas —, criou-se o GRANDECUBA (Grupo de Animação Desportiva e Cultural do Barreiro), destinado, como o seu nome indica, a dinamizar a vida cultural e desportiva desta vila operária. Do seu programa de actividade, destacamos o apoio ao ensino primário, englobando a introdução da educação física e desportiva neste grande ensino, a aprendizagem da natação por todas as crianças e a sua ocupação durante todo o dia em actividades educativas.

A constituição de associações de pais em diversos pontos do país, veio possibilitar uma íntima coordenação entre professores e pais na educação integral das crianças. Numa escola de Queluz, concelho de Sintra, foi a associação de pais que se encarregou de beneficiar e ampliar as instalações escolares, trabalhando para tal nos fins de semana e feriados. A criação do Núcleo de Amigos, a organização de trabalho e de gestão na Escola Primária N.º 33, em Lisboa, é outro exemplo da dedicação e capacidade profissional do professorado do ensino primário.

Na luta pela democratização do ensino, peça fundamental do processo revolucionário em curso, o funcionamento normal dos estabelecimentos escolares assume aspectos de particular relevância. A paralização da escola visa criar um clima de descontentamento e anarquia[1] entre professores, estudantes, pais e população em geral, no intuito de virá-los contra o Governo Provisório, o M. F. A. e as forças verdadeiramente democráticas.

O professorado do ensino primário, manifestando já um alto sentido cívico, compreendeu inteiramente o que atrás dissemos. Esta uma primeira, e grande, colaboração dado ao processo da democratização em curso. A segunda, de não menos importância, deve-se orientar no sentido de se libertar, como classe profissional e individualmente, das tutelas e compromissos políticos anteriores ao 25 de Abril e participar activamente, lado a lado com as classes trabalhadoras e todas as camadas antimonopolistas, na democratização *política, económica, social* e *cultural* da sociedade portuguesa.

A criação dum amplo e representativo movimento sindical, unitário e independente, foi outro dos principais contributos dos professores à construção dum ensino democrático num Portugal livre e democrático. A participação da classe docente é imprescindível na definição e concretização duma reforma do ensino amplamente democrática.

"A Cultura é a Liberdade do Povo", um dos temas da Campanha de Dinamização Cultural do M. F. A. Ao reconhecer-se a importância da educação e da cultura está-se a reconhecer que o trabalho do professor do ensino primário é digno de uma alta valorização social e requer, além do mais, o apoio das forças democráticas, de todo o Povo; *mas o próprio professor tem como dever conquistar o apreço da sociedade através do seu trabalho abnegado, da sua qualidade docente e da sua identificação com os factores sociais, económico e políticos que fundamentam a actual fase democrática e nacional do processo revolucionário.*

A EDUCAÇÃO DEVE ESTIMULAR AS MUDANÇAS

Na formação do aluno há uma responsabilidade inerente a pais, professores e sociedade em geral, pelo que deve ser assumida por todos. As deficiências, em cada um dos sectores, repercute-se imediatamente em todos os outros. O estabelecimento de vínculos de cooperação, entendimento e harmonia entre a escola, a colectividade e os pais é uma direcção que tem de ser seguida por todos os educadores. Lançar iniciativas como a criação de *associações de pais, núcleos de amigos da escola* e procurar a *participação activa destes e das autarquias locais no conselho escolar* são poderosos meios de ligar a escola à comunidade, de abrir a escola às populações, tornando-a um centro de convívio e de cultura.

Nas localidades do país onde o analfabetismo e o obscurantismo são uma dolorosa realidade herdada do regime fascista, a criação de *escola de pais,* onde as condições o permitam, é uma forma superior de ligar a escola ao meio. Por exemplo, há a necessidade de ministrar a grande número de pais uma educação sanitária, dado que os maus hábitos higiénicos adquiridos no meio familiar se repercutem e influem sobre o meio escolar, com manifesto prejuízo da saúde.

A actual situação política ao exigir um novo papel ao professor, e os constantes progressos no domínio da ciência, da técnica e da cultura, tornam necessários que todo o pessoal docente e técnico dirigente se supere sistemática e continuamente. A procura duma actualização constante, a criação de hábitos de leitura, a troca aberta e franca de experiências e pontos de vista com os colegas, o dinamismo e o sentido cívico que leve a prejudicar um pouco os seus tempos livres em favor de participação e organização de reuniões, colóquios, conferências e debates, são alguns dos aspectos do referido anteriormente.

Como se diz na Declaração do "Primeiro Congresso Nacional da Educação e Cultura" de Cuba, realizado em Abril de 1971, "a educação deve reflectir e estimular as mudanças resultantes das transformações revolucionárias, tanto materiais como de consciência; e ainda, e sobretudo, resumir, orientar e aprofundar a criação de um homem novo, de um povo novo, que seja capaz de, ao mesmo tempo que se desembarace do lastro do passado, criar conscientemente condições superiores de existências, individuais e sociais". (5)

O movimento pedagógico está intimamente ligado do movimento político. O progresso no domínio da educação tem de se apoiar nos elementos progressivos do meio social. Os princípios escolares novos só surgirão numa atmosfera de luta pela democracia.

A democratização do ensino passa pela democratização da vida económica e social da sociedade portuguesa. A elevação dos orçamentos destinados à melhoria da qualidade de vida dos portugueses — educação, saúde, habitação, transportes —, implica que o Estado possua e invista as verbas necessárias. O governo fascista obtinha-as através duma maior exploração do trabalho de operários e camponeses, de pequenos e médios, a resolução do problema da educação, assim como dos outros, passa pela adopção, tal como prevê o Progrma do M. F. A., de medidas claras que visem a supressão do poder dos monopólios e dos latifúndios e que reduzam os rendimentos e consumos de pequeno número de multimilionários.

NOTAS

(1) *Educação Republicana,* pp 44–45 (citado por Rogério Fernandes, *João de Barros, Educador Republicano,* BEP, Livros Horizontes, Lisboa, s/data, p. 124)

(2) Elementos extraídos de *Educação Nacional,* ano XXX, n.º 29, 11 de Setembro de 1932, cedido amavelmente por Salvado Sampaio.

(3) António Teodoro, *Professores: Que Vencimentos?,* Edição de "O Professor", Lisboa, 1974, pp 14–15–16.

(4) *Leis Fundamentais da República Portuguesa,* Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1974 pp. 32–33.

(5) Rogério Paulo *Um Actor em Viagem,* Seara Nova, Lisboa, 1972 p. 164.

EM FOCO

AS COOPERATIVAS NO MOMENTO ACTUAL (1)

Tradicionalmente, as cooperativas são uma entre várias outras formas de organização das classes trabalhadoras, na sua luta contra o sistema capitalista. Como qualquer outra forma de organização das classes trabalhadoras, as cooperativas não são estruturas que se auto-definam a partir do nome, bastando invocá-lo para se saber do que se trata.

Enquanto forma de organização económica, as cooperativas estão limitadas (isto é: vão-se definindo) na sua actividade e estruturas pela necessidade de actuar no meio do próprio contexto que as rodeia, no meio do sistema económico dominante, que nessa actividade e estrutura se reflectem, até pelo simples jogo das leis económicas objectivas.

Historicamente, as cooperativas partem de um projecto de socialismo utópico: como muitas outras coisas. Posteriormente, as mais variadas concepções, por vezes radicalmente opostas, intervieram no seu processo prático de formação e evolução, de modo a conduzir a resultados completamente diferenciados.

Nomes são nomes, não definem as coisas, e sob o nome de cooperativas existem numerosas empresas perfeitamente capitalistas. Por simples demagogia, com o fito de obter isenções fiscais, por transformação de estruturas que originariamente não o eram ou pretendiam ser.

Entre nós, há a considerar ainda o facto de sermos os herdeiros de um fascismo de meio século. Independentemente dos aspectos económicos, as cooperativas foram, aqui e ali, importantes como simples forma de manter pessoas agrupadas. Donde resulta que há também cooperativas de que, desaparecida pelos acontecimentos políticos recentes a necessidade de inventar processos para juntar pessoas, nada ficou no plano económico propriamente dito.

Resulta de tudo isto que, no momento presente, no que diz respeito a cooperativas, é preferível raciocinar e agir a partir da situação actual, encarada nos seus termos globais, do que a partir de qualquer informação anterior e da convicção de que, na situação actual, é preciso apoiar as cooperativas. Esse desejo é demasiado abstrato para ser operativo: corre-se o risco de apoiar agora coisas que teria sido interessante ter feito no passado, mas que se tornaram rigorosamente inúteis. Ou talvez estejamos a ser optimistas: corre-se o risco de apoiar tentativas de salvar um sistema condenado pela própria e simples impossibilidade de sobreviver à falta de base material que o sustente.

O SECTOR COOPERATIVO NÃO PODE SER PENSADO EM TERMOS DE MOVIMENTO AUTÓNOMO

Nestas condições, um sector económico cooperativo, não pode já continuar a ser pensado em termos de movimento autónomo, a contrapor ao sistema capitalista dominante. Um sector económico cooperativo não pode, nestas condições, deixar de ser pensado senão em termos de articulação com um projecto global de reestruturação da sociedade portuguesa, em termos de contribuição para esse projecto mas por igual dependente dele.

Pode dizer-se que isso é limitar a liberdade e autonomia que devem ser características básicas do cooperativismo.

Mas deve responder-se que os trabalhadores associados em cooperativas desistirão alegremente da liberdade de serem o joguete da irracionalidade e anarquia da economia de mercado, das crises económicas, aceitarão alegremente a "perda de autonomia" em troca da segurança de trabalho que significa a ligação das cooperativas a um planeamento económico centralizado que assegure o escoamento dos produtos, a regularidade das encomendas, a garantia de preços.

Uma acção eficaz no campo das cooperativas, neste momento, implica:

a) Que seja combatido frontalmente o erro principal que, entre nós se infiltrou no movimento cooperativo;
b) Que seja denunciado sistematicamente o carácter falsamente cooperativo das cooperativas corporativas;
c) Que sejam definidas as faixas principais da economia, susceptíveis de tratamento cooperativo;
d) Que sejam definidas as características estruturais básicas de cada um dos ramos cooperativos correspondentes a essas faixas;
e) Que seja definido o princípio da articulação das cooperativas com o planeamento económico global;
f) Que sejam definidas as formas de apoio específico ao cooperativismo.

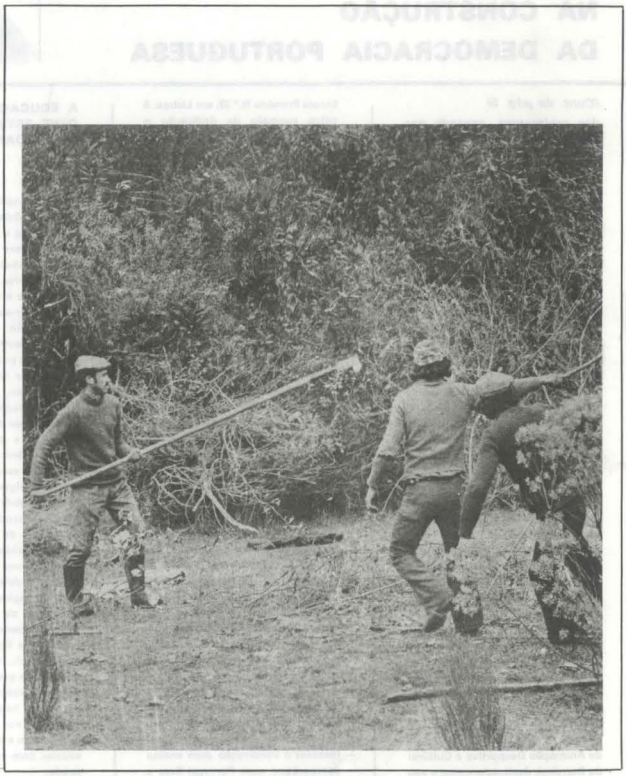
O ERRO PRINCIPAL DO COOPERATIVISMO TRADICIONAL

É vulgar ouvir-se caracterizar as cooperativas como empresas sem fins lucrativos. A diferença entre uma cooperativa e uma empresa capitalista estaria em que, ao contrário da empresa capitalista, a cooperativa não visaria o lucro. Donde, concluem os professores do cooperativismo, a cooperativa, vendendo sem lucro, pode vender mais barato, favorecendo assim os consumidores. Por outras palavras, a cooperativa venderia pelo "preço justo", ao contrário das empresas capitalistas que vendem por "preços lucrativistas".

Que seria, segundo esses professores, o preço justo? Nada mais, nada menos que a soma dos factores de custo de uma mercadoria: as matérias-primas, o desgaste do equipamento, a conta da água e dos telefones, os dez paus ao guarda-nocturno e, evidentemente, os salários. Tudo isso soma tanto, esse tanto é o preço justo por que a mercadoria deve ser justamente vendida. Os malandros dos capitalistas põem-lhe o lucro em cima, aqui intervêm as cooperativas, começam a vender sem lucro e rebentam com os capitalistas.

Esta teoria económica clássica (ou pré-clássica) dos cooperativistas tradicionais.

O operário assalariado mais atrasado compreende com facilidade que o capitalista o explora pagando-lhe um salário inferior ao valor do produto que o operário lhe fornece em troca. O operário assalariado mais atrasado compreende com facilidade que o capitalista não lhe paga o produto mas sim a força de trabalho. O operário assalariado mais atrasado compreende com facilidade que é a si próprio que o capitalista explora: e terá dificuldade em aceitar que, afinal, o capitalista não o explora a si; afinal, a si, paga-lhe o justo valor do produto que o operário lhe forneceu, afinal, quem o capitalista explora é o consumidor, acrescentando ao justo preço da mercadoria, que justamente pagou com salários justos, um lucro ilegítimo que extrai, afinal das algibeiras dos consumidores.



AS COOPERATIVAS CORPORATIVAS

É hoje claro, que numerosas cooperativas, particularmente cooperativas de comercialização e transformação de produtos agrícolas, nada mais foram que um simples instrumento de domínio económico nas mãos de grandes proprietários/capitalistas e caciques locais. Não era a massa associativa dessas cooperativas que as dirigia e usava, mas um punhado de exploradores. O saneamento dessa situação é um processo em curso, um processo necessário.

Mas realizado esse saneamento, resta intacta uma estrutura da qual o menos que se pode dizer é que não é indiscutível como estrutura cooperativa. E, aqui, o problema alarga-se para todo um campo que excede o das cooperativas agrícolas onde o fenómeno foi mais sensível.

O que pomos em causa é toda a estrutura cooperativa em que a base societária não está nos trabalhadores da cooperativa mas sim nos accionistas e (ou) utentes dos serviços da cooperativa.

Essas cooperativas são empresas capitalistas. Exploram a força de trabalho dos trabalhadores das cooperativas. A distribuição dos lucros resultantes dessa exploração não tem a forma linear e clara de uma distribuição de dividendos: assume a forma de retorno ou de preço mais baixo do serviço utilizado, a aparência de uma simples regularização contabilística. Mas os custos são calculados não sobre o valor que se exprime em preços, mas sobre preços de custo que computam salários. O retorno, o preço mais baixo, de nada mais resultam senão da mais valia extraída aos trabalhadores da cooperativa e de que a sua base societária se apropria, como entidade patronal que é.

(A 2.ª parte deste artigo será publicada no próximo número).